


ENSINO DE LITERATURA INDÍGENA NA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO PARFOR EQUIDADE

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.022-016>

Daniel Carlos de Andrade Neto

Prof. Esp.

IFPI

E-mail: daniel.andrade@ifpi.edu.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8671045983232831>

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

Prof. Dr.

IFPI

E-mail: marcio@ifpi.edu.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7120786422494536>

Pedro Miguel de Moraes Tavares

Prof. Esp.

Uninovafapi

E-mail: pedromiguel99.pm@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa o ensino de literatura indígena no contexto da Licenciatura Intercultural Indígena vinculada ao Parfor Equidade, considerando sua contribuição para a formação de professores indígenas no ensino superior. A pesquisa fundamenta-se na compreensão da literatura indígena como expressão cultural, histórica e epistemológica dos povos indígenas, articulada aos princípios da educação intercultural. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como qualitativo, de natureza bibliográfica e documental, com análise de produções acadêmicas e de marcos legais que orientam a educação escolar indígena e a formação docente intercultural. Os resultados evidenciam que a literatura indígena ocupa papel estruturante nos processos formativos, atuando como mediadora entre saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos, além de favorecer práticas pedagógicas contextualizadas e culturalmente referenciadas. Conclui-se que o ensino de literatura indígena, no âmbito do Parfor Equidade, encontra respaldo legal e institucional e contribui para a consolidação de uma formação docente comprometida com o diálogo intercultural e o reconhecimento da diversidade sociocultural indígena.

Palavras-chave: Literatura indígena; Formação de professores indígenas; Educação intercultural; Parfor Equidade; Ensino superior.



1 INTRODUÇÃO

A ampliação do acesso dos povos indígenas ao ensino superior no Brasil relaciona-se a um processo histórico de reconhecimento dos direitos educacionais, culturais e territoriais desses povos, intensificado a partir do final do século XX. Esse movimento resultou na formulação de políticas públicas voltadas à superação de modelos educacionais assimilacionistas, que por décadas orientaram a educação escolar indígena, e na criação de propostas formativas que reconhecem a diversidade étnica, linguística e cultural como princípio estruturante da educação indígena (Pellegrini, Ghanem e Góes Neto, 2021).

Nesse contexto, as Licenciaturas Interculturais Indígenas consolidaram-se como uma alternativa formativa voltada à preparação de professores indígenas para atuarem em suas próprias comunidades, considerando as especificidades socioculturais, territoriais e linguísticas dos povos indígenas. Estudos apontam que essas licenciaturas se organizam a partir do diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos, buscando romper com a hierarquização epistemológica que historicamente marginalizou os conhecimentos indígenas nos espaços educacionais formais (Sanchez e Leal, 2021; Melgaço Valadares e Pernambuco, 2018).

O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), especialmente em sua vertente voltada à equidade, insere-se como uma política estratégica no campo da formação docente indígena. Pesquisas realizadas no âmbito do Parfor indicam que o programa tem contribuído para a ampliação do acesso de professores indígenas ao ensino superior, ao mesmo tempo em que evidencia desafios relacionados às condições de oferta dos cursos, à permanência estudantil e à adequação dos currículos às realidades indígenas (Martins, 2024; Deveza, 2021; Calegare e Sales, 2023).

No interior das Licenciaturas Interculturais Indígenas ofertadas pelo Parfor Equidade, o ensino de literatura indígena assume papel relevante na formação de professores, ao possibilitar a valorização da oralidade, da memória coletiva, das cosmologias e das narrativas tradicionais dos povos indígenas. A literatura indígena, compreendida como produção cultural, estética e política dos povos originários, configura-se como um campo de conhecimento que articula identidade, território e história, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas interculturais (Assunção e Arantes, 2025; Siqueira, 2020).

A inserção da literatura indígena nos processos formativos possibilita problematizar a centralidade do cânone literário ocidental nos currículos escolares e favorece a construção de práticas pedagógicas comprometidas com uma educação antirracista e intercultural. Estudos indicam que o trabalho com textos indígenas, narrativas orais e produções contemporâneas de autoria indígena contribui para que os futuros professores reconheçam seus próprios saberes e modos de vida como conhecimentos legítimos no espaço escolar (Guedes e Souza, 2025).

Pesquisas desenvolvidas em cursos de licenciatura intercultural evidenciam que o ensino de literatura indígena favorece a articulação entre oralidade e escrita, tradição e contemporaneidade,



fortalecendo processos formativos ancorados no território e na cultura. Além disso, esse ensino possibilita o diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento, sem subordinar os saberes tradicionais às epistemologias científicas ocidentais, aspecto central da educação intercultural crítica (Assunção e Arantes, 2025; Melgaço Valadares e Pernambuco, 2018).

No âmbito do Parfor Equidade, análises sobre a formação de professores indígenas indicam que, apesar dos desafios institucionais e pedagógicos enfrentados, essas licenciaturas têm contribuído para o fortalecimento da identidade docente indígena e para a consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização cultural e a autonomia intelectual dos povos indígenas (Padilha e Oliveira, 2025; Leite et al., 2025).

Considerando a centralidade da literatura indígena nos processos formativos das Licenciaturas Interculturais e a relevância do Parfor Equidade como política pública de formação docente indígena, torna-se pertinente analisar de que forma o ensino de literatura indígena é concebido e desenvolvido nesse contexto. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar o ensino de literatura indígena no âmbito da Licenciatura Intercultural Indígena do Parfor Equidade, a partir de uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada em análise bibliográfica e documental.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e exploratória, tendo como objetivo analisar o ensino de literatura indígena no âmbito da Licenciatura Intercultural Indígena vinculada ao Parfor Equidade. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender concepções formativas, orientações curriculares e práticas pedagógicas expressas em produções acadêmicas e documentos institucionais, considerando seus contextos socioculturais e educacionais.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico e análise documental. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados científicas de acesso público, incluindo SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e repositórios institucionais de universidades federais. A busca teve como finalidade identificar produções acadêmicas relacionadas à formação de professores indígenas, à educação intercultural e ao ensino de literatura indígena no ensino superior.

Para a realização das buscas, foram utilizados descritores combinados, tais como: literatura indígena, educação intercultural, formação de professores indígenas, licenciatura intercultural e Parfor. As combinações dos descritores foram realizadas por meio do operador booleano “AND”, visando ampliar a precisão dos resultados. O recorte temporal adotado compreendeu publicações entre os anos de 2018 e



2025, período marcado pela ampliação de estudos sobre formação docente indígena no âmbito das políticas públicas de equidade.

Os critérios de inclusão dos materiais selecionados envolveram: a pertinência temática em relação aos objetivos da pesquisa; a abordagem da formação de professores indígenas ou da educação intercultural no ensino superior; e a disponibilidade do texto completo em formato digital. Foram excluídas produções que não dialogavam diretamente com o campo da educação indígena ou que tratavam exclusivamente de níveis de ensino distintos do ensino superior.

A pesquisa documental concentrou-se na análise de documentos institucionais que orientam a organização curricular da Licenciatura Intercultural Indígena no contexto do Parfor Equidade. Esses documentos foram analisados com o objetivo de identificar diretrizes pedagógicas, concepções de formação docente e orientações relacionadas ao ensino de literatura indígena, bem como à valorização dos saberes tradicionais e das produções culturais indígenas no currículo do curso.

O corpus da pesquisa foi constituído por artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso e documentos pedagógicos selecionados a partir dos critérios estabelecidos. A análise dos dados ocorreu por meio de leitura analítica e interpretativa, buscando identificar recorrências temáticas e conceituais relacionadas ao lugar da literatura indígena no currículo, às práticas formativas interculturais e às contribuições desse ensino para a formação de professores indígenas.

As categorias de análise foram construídas a partir da recorrência de temas observados no material analisado, em consonância com os objetivos da pesquisa. Ressalta-se que o estudo utilizou exclusivamente fontes de domínio público, não envolvendo sujeitos de pesquisa nem coleta de dados empíricos com participantes humanos, não sendo, portanto, necessária submissão a comitê de ética em pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental realizada permitiu identificar que o ensino de literatura indígena, no âmbito da Licenciatura Intercultural Indígena vinculada ao Parfor Equidade, apresenta-se como elemento estruturante dos processos formativos, articulando dimensões culturais, epistemológicas e pedagógicas. Os resultados evidenciam que a literatura indígena é compreendida, de forma recorrente, como prática educativa vinculada à memória coletiva, à oralidade, às cosmologias e às formas próprias de produção de conhecimento dos povos indígenas, ultrapassando a concepção restrita de literatura como objeto estético desvinculado do contexto sociocultural.

De modo convergente, as produções analisadas indicam que a presença da literatura indígena nos currículos das licenciaturas interculturais está associada a uma concepção de formação docente que reconhece os povos indígenas como sujeitos históricos e epistêmicos. Essa perspectiva rompe com modelos formativos baseados exclusivamente em referenciais eurocêntricos e dialoga com propostas de educação



intercultural crítica, nas quais o currículo é concebido como espaço de negociação de saberes e de valorização das epistemologias indígenas (Assunção e Arantes, 2025; Sanchez e Leal, 2021; Melgaço Valadares e Pernambuco, 2018).

3.1 A CENTRALIDADE DA LITERATURA INDÍGENA NA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR INTERCULTURAL

A centralidade curricular está relacionada a uma concepção ampliada de literatura, que reconhece a oralidade como forma legítima de produção literária e de transmissão de conhecimentos. Estudos analisados indicam que a literatura indígena, ao articular oralidade e escrita, contribui para a preservação da memória coletiva e para o fortalecimento das identidades culturais, ao mesmo tempo em que possibilita a produção de materiais pedagógicos contextualizados às realidades das comunidades indígenas (Siqueira, 2020; Assunção e Arantes, 2025).

Os resultados também evidenciam que essa abordagem curricular encontra respaldo no marco legal da educação escolar indígena no Brasil. A legislação educacional estabelece o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, intercultural e bilíngue, conforme expresso no artigo 78 da Lei nº 9.394/1996, que determina:

O sistema de ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas (Brasil, 1996).

A presença da literatura indígena no currículo das licenciaturas interculturais, portanto, não se configura apenas como escolha pedagógica, mas como desdobramento de um direito educacional assegurado legalmente, que orienta a valorização das línguas, culturas e formas próprias de organização do conhecimento indígena.

3.2 LITERATURA INDÍGENA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PARFOR EQUIDADE

As produções analisadas evidenciam que a literatura indígena, ao ser incorporada de forma sistemática aos processos formativos, contribui para o reconhecimento dos saberes tradicionais como fundamentos legítimos da prática pedagógica, rompendo com modelos de formação docente baseados exclusivamente em referenciais eurocêtricos. A análise documental também evidenciou que o ensino de literatura indígena e a formação de professores indígenas no âmbito da Licenciatura Intercultural Indígena do Parfor Equidade encontram respaldo em um conjunto consistente de normativas construídas no período posterior à Constituição Federal de 1988.



Esse arcabouço legal estabelece princípios, diretrizes e orientações que fundamentam a organização da educação escolar indígena e da formação docente intercultural em nível superior, assegurando o reconhecimento das línguas, das culturas e dos sistemas próprios de conhecimento dos povos indígenas.

Os documentos analisados indicam que, desde o Decreto Presidencial nº 26/1991, a educação indígena passou a ser formalmente atribuída à coordenação do Ministério da Educação, em articulação com estados e municípios, inaugurando um processo de institucionalização das políticas públicas voltadas à escolarização indígena. Normativas posteriores, como os Referenciais Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas (1998) e os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação, consolidaram princípios como a especificidade, a interculturalidade, a bilinguagem e a organização curricular flexível, elementos diretamente relacionados ao ensino de literatura indígena nos cursos de formação docente.

No que se refere especificamente à formação de professores indígenas, destaca-se a Resolução CNE/CP nº 1/2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior. Esse documento estabelece, entre seus princípios, o respeito à organização sociopolítica e territorial dos povos indígenas e a valorização das línguas indígenas como formas legítimas de expressão, comunicação e produção de conhecimento. Tais princípios dialogam diretamente com a inserção da literatura indígena nos currículos das licenciaturas interculturais, ao reconhecer narrativas tradicionais, produções orais e escritas indígenas como componentes estruturantes da formação docente.

Informações oficiais divulgadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apontam que, na vertente Equidade dos programas Parfor e Pibid, 3.540 estudantes e profissionais estão sendo atendidos em cursos relacionados à educação indígena, com 2.412 das 7.642 vagas do Parfor Equidade preenchidas por cursos de pedagogia e licenciatura intercultural indígena e 1.128 das 5.016 bolsas do Pibid Equidade destinadas à educação indígena. Esses dados foram apresentados em encontro nacional de educação escolar indígena como parte da estratégia de fortalecimento da formação docente indígena no país (Brasil, 2024)

De modo recorrente, os estudos apontam que o contato com narrativas tradicionais, mitos, cantos e textos de autoria indígena possibilita aos professores em formação estabelecer uma relação crítica com o conhecimento acadêmico, a partir de suas próprias experiências culturais, linguísticas e territoriais. Essa relação favorece processos formativos que articulam memória coletiva, oralidade e escrita, permitindo que os futuros docentes compreendam a literatura indígena não apenas como conteúdo escolar, mas como prática social vinculada à história e à organização comunitária dos povos indígenas (Assunção e Arantes, 2025; Siqueira, 2020).

A análise das experiências formativas desenvolvidas no Parfor Equidade indica que a literatura indígena atua como mediadora entre os saberes tradicionais e os conhecimentos acadêmicos, contribuindo



para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas e culturalmente referenciadas. Essa mediação possibilita que os professores indígenas em formação relacionem os conteúdos escolares às vivências de seus territórios, fortalecendo a educação escolar indígena diferenciada e promovendo maior coerência entre escola, comunidade e cultura (Martins, 2024; Deveza, 2021).

Os resultados também evidenciam que o ensino de literatura indígena no Parfor Equidade contribui para o fortalecimento da autonomia intelectual dos professores indígenas, ao legitimar suas narrativas, histórias e produções culturais como objetos de estudo e reflexão acadêmica. Esse reconhecimento rompe com a lógica de subordinação epistemológica historicamente imposta aos saberes indígenas e favorece a construção de trajetórias formativas marcadas pela valorização identitária e pela afirmação cultural (Padilha e Oliveira, 2025; Melgaço Valadares e Pernambuco, 2018).

De forma convergente, os estudos analisados indicam que o Parfor Equidade tem ampliado o acesso de professores indígenas ao ensino superior, ao mesmo tempo em que evidencia desafios relacionados à permanência estudantil, às condições institucionais de oferta dos cursos e às tensões epistemológicas presentes nos espaços acadêmicos. Ainda assim, os resultados apontam que o ensino de literatura indígena contribui para enfrentar esses desafios, ao fortalecer o vínculo dos estudantes com o curso e ao promover processos formativos que reconhecem suas identidades, línguas e culturas como centrais para a formação docente (Calegare e Sales, 2023; Leite et al., 2025).

A literatura indígena, nesse contexto, assume função estratégica na formação de professores, ao possibilitar a construção de práticas pedagógicas comprometidas com o diálogo intercultural e com a superação de representações estereotipadas dos povos indígenas. Os estudos analisados indicam que o trabalho pedagógico com textos indígenas favorece a reflexão crítica sobre o currículo escolar e contribui para a construção de uma educação antirracista, ao questionar narrativas históricas e literárias que invisibilizam ou distorcem as experiências indígenas (Guedes e Souza, 2025).

Além disso, os resultados apontam que a formação docente mediada pelo ensino de literatura indígena favorece a produção de materiais didáticos próprios, elaborados a partir das realidades linguísticas e culturais das comunidades indígenas. Essa produção pedagógica constitui um dos desdobramentos do Parfor Equidade e reforça a autonomia pedagógica das escolas indígenas, ao permitir que os professores desenvolvam práticas educativas alinhadas aos projetos políticos e culturais de seus povos (Siqueira, 2020; Sanchez e Leal, 2021).

3.3 LITERATURA INDÍGENA, INTERCULTURALIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

No âmbito da Licenciatura Intercultural Indígena vinculada ao Parfor Equidade, a análise bibliográfica e documental indica que o ensino de literatura indígena integra-se de maneira estruturada aos processos de formação de professores indígenas, articulando dimensões pedagógicas, culturais e



epistemológicas. As produções analisadas apontam que a literatura indígena é incorporada à formação docente como prática educativa vinculada à oralidade, à memória coletiva e às formas próprias de produção de conhecimento dos povos indígenas, assumindo papel relevante na organização dos processos formativos.

Os estudos examinados indicam que o contato sistemático com narrativas tradicionais, mitos, histórias de origem, cantos e textos de autoria indígena favorece a construção de percursos formativos ancorados no reconhecimento dos saberes comunitários. Essa abordagem possibilita que os professores em formação estabeleçam relações entre os conteúdos acadêmicos e as experiências socioculturais vivenciadas em seus territórios, ampliando as possibilidades de compreensão do conhecimento escolar a partir de referenciais próprios (Assunção e Arantes, 2025; Siqueira, 2020).

A literatura indígena, conforme apontam as produções analisadas, atua como elemento mediador entre os saberes tradicionais e os conhecimentos acadêmicos no contexto do Parfor Equidade. Essa mediação contribui para a constituição de práticas formativas que não dissociam o processo de escolarização das experiências culturais e linguísticas dos povos indígenas, permitindo que a formação docente se desenvolva em consonância com os princípios da educação escolar indígena diferenciada (Martins, 2024; Deveza, 2021).

No que se refere à identidade docente, os estudos indicam que o ensino de literatura indígena está associado a processos formativos que reconhecem os professores indígenas como sujeitos históricos e produtores de conhecimento. A presença de textos e narrativas indígenas no percurso formativo possibilita o reconhecimento das histórias, memórias e produções culturais indígenas como conteúdos legítimos da formação acadêmica, ampliando o repertório epistemológico mobilizado nos cursos de licenciatura intercultural (Padilha e Oliveira, 2025; Melgaço Valadares e Pernambuco, 2018).

A análise das produções acadêmicas também evidencia que o Parfor Equidade tem possibilitado o acesso de professores indígenas ao ensino superior em diferentes contextos regionais, ao mesmo tempo em que revela desafios relacionados à permanência estudantil e às condições institucionais de oferta dos cursos. Nesse cenário, o ensino de literatura indígena aparece associado a estratégias formativas que favorecem o vínculo dos estudantes com o curso, ao reconhecer suas identidades culturais e linguísticas como parte constitutiva do processo educativo (Calegare e Sales, 2023; Leite et al., 2025).

As produções analisadas indicam ainda que a literatura indígena, ao ser trabalhada no contexto da formação docente intercultural, contribui para a problematização do currículo escolar e das práticas pedagógicas historicamente orientadas por referenciais eurocêntricos. O trabalho com textos indígenas possibilita a ampliação das discussões sobre diversidade étnica e cultural no espaço formativo, promovendo reflexões sobre as representações dos povos indígenas nos materiais didáticos e nos conteúdos escolares (Guedes e Souza, 2025).

Outro aspecto recorrente nos estudos refere-se à relação entre o ensino de literatura indígena e a produção de materiais pedagógicos próprios no âmbito das licenciaturas interculturais. As análises indicam que o contato com narrativas e textos indígenas favorece a elaboração de propostas didáticas alinhadas às realidades socioculturais das comunidades, ampliando as possibilidades de atuação pedagógica dos professores indígenas na educação básica (Siqueira, 2020; Sanchez e Leal, 2021).

De forma articulada, as produções acadêmicas analisadas apontam que o ensino de literatura indígena no Parfor Equidade está inserido em um conjunto mais amplo de práticas formativas orientadas pela interculturalidade. Essa orientação pressupõe o diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento, sem hierarquização prévia, e a valorização das epistemologias indígenas no espaço acadêmico, configurando um campo de tensões e negociações epistemológicas que atravessam a formação docente intercultural (Assunção e Arantes, 2025; Melgaço Valadares e Pernambuco, 2018).

4 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu examinar o ensino de literatura indígena no contexto da Licenciatura Intercultural Indígena vinculada ao Parfor Equidade, a partir de uma abordagem qualitativa fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apresentados evidenciam que a literatura indígena integra-se de forma estruturada aos processos de formação de professores indígenas, articulando dimensões culturais, epistemológicas e pedagógicas que dialogam com os princípios da educação escolar indígena diferenciada.

A partir da análise do corpus selecionado, observou-se que a literatura indígena é compreendida, de maneira recorrente, como prática educativa vinculada à oralidade, à memória coletiva e às formas próprias de produção de conhecimento dos povos indígenas. Essa compreensão amplia a noção de literatura presente nos currículos das licenciaturas interculturais, ao reconhecer narrativas tradicionais, mitos, cantos e produções contemporâneas de autoria indígena como conteúdos legítimos da formação docente.

No âmbito do Parfor Equidade, os resultados indicam que o ensino de literatura indígena se articula à formação de professores indígenas de modo a possibilitar o reconhecimento dos saberes comunitários como fundamentos da prática pedagógica. As produções analisadas apontam que essa articulação favorece a construção de percursos formativos que relacionam o conhecimento acadêmico às experiências socioculturais vivenciadas nos territórios indígenas, contribuindo para a consolidação de práticas pedagógicas contextualizadas e culturalmente referenciadas.

A análise também evidenciou que o ensino de literatura indígena, no contexto das licenciaturas interculturais, está associado a processos de problematização do currículo escolar e das práticas pedagógicas orientadas por referenciais eurocêntricos. O trabalho com textos indígenas possibilita ampliar



o diálogo intercultural no espaço formativo e tensionar representações historicamente construídas sobre os povos indígenas nos materiais didáticos e nos conteúdos escolares.

Outro aspecto observado refere-se à relação entre o ensino de literatura indígena e a produção de materiais pedagógicos próprios no âmbito da formação docente intercultural. As produções analisadas indicam que o contato sistemático com narrativas e textos indígenas favorece a elaboração de propostas didáticas alinhadas às realidades linguísticas e culturais das comunidades, ampliando as possibilidades de atuação dos professores indígenas na educação básica.



REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Bruna Angeliny Santos; ARANTES, Maria do Socorro da Silva. A filosofia do pensamento indígena no curso de pedagogia intercultural indígena na universidade. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 22, 2025. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/11961>. Acesso em: 02 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Parfor e Pibid terão 3,5 mil alunos em educação indígena. *Notícias CAPES*, Brasília, 18 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/parfor-e-pibid-terao-3-5-mil-alunos-em-educacao-indigena>. Acesso em: 02 jan. 2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a coordenação das ações referentes à educação indígena e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 fev. 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 14, de 14 de setembro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 out. 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 nov. 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, tornando obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 maio 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 13, de 10 de maio de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 maio 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jun. 2012.



BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 6, de 2 de abril de 2014. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 abr. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jan. 2015.

CALEGARE, Marcelo; SALES, Tainá de Nogueira. Relatos da permanência de estudantes indígenas nos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 27, p. e255799, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/ZsD4r9GcLQvgLTVZVLG6ybJ/>. Acesso em: 02 jan. 2026.

DEVEZA, Neize Laura de Lima. Formação de professores indígenas no município de Tonantins – Amazonas: um estudo a partir do PARFOR. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola) — Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2021. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/6278/6/TCC_NeizeDeveza.pdf. Acesso em: 02 jan. 2026.

GUEDES, Karina Cristina Ferreira; SOUZA, Rosana Janine de. Literatura indígena na educação de jovens e adultos: reflexões sobre prática docente para uma educação antirracista. *Educação e Pesquisa*, v. 51, p. e286935, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/jpdmvRdrNYLWVGKYGRR6LvN/>. Acesso em: 02 jan. 2026.

LEITE, Aline Fernanda Ventura Savio et al. Educação intercultural indígena com enfoque na educação especial e inclusiva: análise dos cursos de licenciatura intercultural indígena (Parfor Equidade) em Mato Grosso. In: *Anais do XI Congresso Nacional de Educação*. Campina Grande: Realize Editora, 2025. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/133172>. Acesso em: 02 jan. 2026.

MARTINS, Silvio Manoel. A formação de professores indígenas Tikuna: constituição histórico-cultural, profissional e acadêmica em Pedagogia no PARFOR/BC/AM. 2024. 143 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2024. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/7584/2/TCC_SilvioMartins.pdf. Acesso em: 02 jan. 2026.

MELGAÇO VALADARES, Juliana; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. Criatividade e silêncio: encontros e desencontros entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico em um curso de licenciatura indígena na Universidade Federal de Minas Gerais. *Ciência & Educação*, v. 24, n. 4, p. 819–835, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/tzp7LxncXtn4b98NTHK6xJz/>. Acesso em: 02 jan. 2026.

PADILHA, Catarina Janira; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Formação de docentes indígenas: licenciatura em educação especial inclusiva intercultural – novos olhares, novas perspectivas. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 19, n. 43, p. 71–90, 2025. DOI: 10.22420/rde.v19i43.2417. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/2417>. Acesso em: 02 jan. 2026.

PELLEGRINI, Domingos de P.; GHANEM, Elie; GÓES NETO, Anísio Ferreira de. O Brasil respeita o direito dos povos indígenas à educação superior? Demanda, oferta e ensaios alternativos em São Gabriel da Cachoeira/AM. *Educação & Realidade*, v. 46, n. 4, p. e118188, 2021.



SANCHEZ, Lúcia Maria Carvalho; LEAL, Flávia Silva Ferreira. Licenciatura em educação básica intercultural: avanços, desafios e potencialidades na formação superior de professores indígenas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 102, n. 261, p. 357–375, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/3TpT59mBYtFQ7GsPZX5NWpr/>. Acesso em: 02 jan. 2026.

SIQUEIRA, Kátia Maria de. Diálogos entre a literatura indígena e a produção de material didático escolar indígena: dispositivos metodológicos da Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEEI – UNEB). *Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação*, v. 8, n. 12, p. e132007, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/opara/article/view/10570>. Acesso em: 02 jan. 2026.